

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e sete do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas! Bom dia, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Sete da Quadragésima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Processo nº 00044916-86.2026.8.12.9163/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 37/2026, do Ministério da Educação; Ofício nº 0396/2026, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 61.194, 61.346, 62.090, 62.093, 62.096, 62.133, 62.222, 62.225 e 62.229/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 504, 514 a 516/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 598 e 608/2026, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Mara Caseiro, Zeca do PT, Junior Mochi, Renato Câmara, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Hashioka e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Lidio Lopes, Jamilson Name, Gleice Jane e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso e Hashioka. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 12/2026, de autoria do deputado Paulo Duarte; Projeto de Resolução nº 14/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 186/2024, de autoria dos deputados Paulo Duarte e Gerson Claro. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 42/2026, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Dionísia Alfonso Medina; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Dirceu Carlino; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada às famílias ribeirinhas, pescadores, moradores, proprietários, veranistas, comerciantes, membros do "Clube de Pesca Sorocaba" e demais cidadãos diretamente atingido pelas determinações judiciais de*

*demolição de imóveis localizados no Distrito de Porto Caiuá, no município de Naviraí/MS; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao Congresso Nacional, especialmente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, em apoio à tramitação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2022, que estabelece piso salarial nacional correspondente a três salários mínimos para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) detentores de formação técnica profissionalizante; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada à Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, em reconhecimento aos seus noventa anos de atuação e à relevante contribuição espiritual, social e missionária no Brasil e no exterior; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Juliander Dolores Arnal, em reconhecimento às expressivas conquistas alcançadas em competições de corrida realizadas no município de Campo Grande, destacando-se pelo desempenho, dedicação ao esporte, disciplina, perseverança e espírito de superação, tornando-se exemplo de inspiração para a sociedade sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à atleta sul-mato-grossense Josy Madruga, natural de Campo Grande/MS e representante do município de Rio Verde de Mato Grosso, pela brilhante participação no “MDS Raid Namíbia” - competição internacional de ultrarresistência realizada no deserto da Namíbia, na África, onde enfrentou percurso extremo de cento e vinte quilômetros em condições climáticas e geográficas adversas, levando com orgulho o nome de Mato Grosso do Sul ao cenário esportivo internacional; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 25 de junho de 2026, para a realização do XI Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva o Saguão de Exposições Nelly Martins, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para a realização da Missa do Divino Espírito Santo, no dia 8 de junho do ano corrente, às 8h30min; requerimento de informações, de autoria do deputado Junior Mochi; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Gleice Jane, Pedro Kemp, Zeca do PT, Junior Mochi, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Neno Razuk, Mara Caseiro e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de maio do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Quero comunicar que o deputado Paulo Corrêa está representando a Assembleia Legislativa hoje pela manhã no Tribunal de Contas. Solicito ao deputado Paulo Duarte, no exercício da primeira-secretaria, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas e a todos os presentes nesta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 27 de maio de 2026: Ofício nº 0398/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nº 1437/2026); Ofícios nºs 62.345, 62.419, 62.434, 62.437, 62.463, 62.466 e 62.469/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e requerimentos dos deputados Jamilson Name, Hashioka, Zé Teixeira e Lia Nogueira. Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à Segunda Parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz, por inversão.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Na última sexta-feira, dia 22 de maio, eu participei de um grande encontro regional do Republicanos, em Dourados, onde estiveram presentes os deputados Renato Câmara, Beto Pereira, Hashioka e o vice-governador Barbosinha. Nesse encontro eu recebi várias indicações, inclusive eu gostaria de agradecer ao senhor José Cícero de Lima Malta que reivindicou a implantação de uma nova via de acesso ao bairro Jardim Mônaco, em Dourados, por meio da rua dos Missionários. Indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Gil Márcio Franco, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS (Agesul), solicitando estudo de viabilidade técnica, econômica e urbanística para a implantação de uma nova via de acesso ao bairro Jardim Mônaco, no município de Dourados, por meio da rua dos Missionários. Vale lembrar que, atualmente, o principal acesso à região ocorre pela avenida Hayel Bon Faker, importante corredor viário do município, além da utilização de vias alternativas com a rua Presidente Vargas. O intenso fluxo de veículos nesses eixos tem ocasionado frequentes congestionamentos, aumento do tempo de deslocamento e dificuldades de mobilidade urbana para moradores, trabalhadores e demais usuários da região. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Gil Márcio Franco, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS (Agesul), solicitando que sejam realizados reparos emergenciais, obras de manutenção e recuperação asfáltica na rodovia MS-156, no trecho urbano do município de Caarapó. A proposta em questão visa a atender uma demanda urgente e de grande relevância para a segurança viária e o desenvolvimento regional, por meio da execução de obras de manutenção, reparos emergenciais e recuperação asfáltica definitiva na rodovia MS-156, especialmente no trecho crítico compreendido entre a rotatória próxima à empresa Coamo até a rotatória do Posto São Francisco no KM 143, acesso estratégico à BR-163. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Ciro Vieira Ferreira, solicitando estudos no sentido de implementar novas linhas de

ônibus, no loteamento do bairro Samambaia, na região do bairro Los Angeles, nesta Capital. Atualmente as linhas existentes não atendem, de forma adequada, a população local, uma vez que os pontos de parada se encontram distantes do loteamento, causando maior dificuldade para pessoas idosas e com deficiência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando providências na recuperação asfáltica da rodovia MS-379, no trecho compreendido entre o município de Laguna Carapã e a BR-463. Essa indicação se justifica em razão das precárias condições de trafegabilidade da rodovia MS-379, no trecho entre o município de Laguna Carapã e a BR-463, que apresenta diversos pontos com buracos, desgaste no pavimento, irregularidades na pista, comprometendo a segurança dos motoristas, passageiros e produtores rurais que utilizam diariamente essa via. Por último, senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação aos Pontos e Pontões de Cultura de Mato Grosso do Sul, pela participação na 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura pela Justiça Climática, realizada no Estado do Espírito Santo, nos dias 19 a 24 de maio de 2026, que constitui importante espaço de articulação, troca de experiências e fortalecimento da política cultura viva, reunindo coletivos, artistas, mestres, mestras e agentes culturais de todo o país. Nessa sexta edição, o encontro convidou a Rede de Cultura Viva a refletir sobre os desafios impostos pela emergência climática e sobre a importância da preservação ambiental, aliada aos saberes ancestrais e comunitários. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Senhor presidente, bom dia! Vou apresentar uma moção de congratulação encaminhada à doutora Elaine Aparecida Soligo, prefeita do município de Aral Moreira, e a sua secretária municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Marta Vieira Leite, pelo resultado alcançado no índice de qualidade de educação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 2025, ficando com a primeira colocação entre os setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares! Bom dia a todos que nos acompanham pela TV ALEMS, à imprensa e à população sul-mato-grossense. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS), representado pelo senhor Robson Danilo Antunes Lui, diretor de Tecnologia da Informação (Dirti), pela conquista do 1º lugar no “Prêmio Brasil de Gestão Pública”, durante a 4ª Edição da Expo GovBrasil 2026, na categoria “Eficiência

Administrativa, Desburocratização e Melhoria de Processos", com projeto "Defesa Prévia Inteligente". Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 01443/2026, 1440/2026, 01438/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 01439/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 1451/2026, 01450/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01452/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 1455/2026), uma moção de congratulação (Prot. nº 01444/2026); um projeto de lei (Prot. nº 1441/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 1457/2026, 1456/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 1458/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de resolução (Prot. nº 1453/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 1449/2026, 01448/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01447/2026, 01446/2026, 1445/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o Deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, bom dia! O assunto que nos traz essa tribuna é de extrema gravidade. Deputado Zeca do PT, é preciso fazer uma investigação séria nas contas do Estado em função de denúncias de que as contas de telefone, de energia e de água do Governo estão em atraso e que serviços essenciais como o 190 e o 193 se encontram sem disponibilidade, em razão da falta de pagamento. Vale lembrar que o nosso estado tem a vigésima sexta maior taxa de feminicídio do país e que se for acionado o 190, ele estará indisponível. Essas denúncias não partiram exclusivamente deste parlamentar, elas estão aqui na nossa Casa, inclusive tenho aqui um requerimento do deputado Junior Mochi, datado de 19/11/2025, que solicita à Anatel informações sobre a extrema falta de qualidade e instabilidade nas ligações, o que prejudica a segurança, dificulta o atendimento de emergência e reduz a eficiência dos serviços públicos e privados em caráter emergencial. Chegou ao ponto de o deputado Junior Mochi e o deputado Pedro Kemp formularem um requerimento solicitando a presença da Secretaria de Justiça, por intermédio da Setir, coordenada pelo coronel Meireles, bem como dos representantes das empresas Vivo, Claro, TIM e, em especial, Oi, porque há indicações e denúncias datadas de 18/09/2025 de que deveria ser tomada providência urgente quanto à regularização do serviço de emergência 190. Isso, senhor presidente, não parou apenas como requerimento dos parlamentares, haja vista que a imprensa vem denunciando, desde 2024, todos os momentos de interrupção nos serviços de telefonia móvel e de emergência. Tem uma matéria aqui, do Grupo RCN: "Pane - o Corpo de Bombeiros informa que o 193 está fora do ar - 15 de outubro de 2024". Posteriormente: "O telefone do Samu sai do ar em Campo Grande - 04/11/2025". "Os contatos do 190 e do 193 ficam fora do ar em Mato Grosso do Sul - 28 de outubro de 2025". "Segurança cria plano para manter atendimento no 190 e 193, mesmo com falhas - 05 de maio de 2026". Então, vejam, esta Casa promoveu atuações, a

imprensa realizou o seu papel de fiscalização e nós recebemos uma nota do Siops — porque o governador não teve coragem de vir a público explicar — que diz que este parlamentar seria processado por dizer que havia dívidas e que a interrupção ocorreu efetivamente no serviço. Portanto, senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, se o senhor for correto, se o senhor for honesto, se o senhor for honrado, peço encarecidamente que me processe porque eu gostaria de solicitar a inversão do ônus probatório com os pagamentos que o senhor não fez às operadoras de telefone. A Sanesul é uma empresa que o senhor publicamente tem débitos de mais de treze milhões, e nomeia o presidente. Agora, o pobre, a pessoa mais humilde, aquele que está em dificuldade no Estado de Mato Grosso do Sul, um dos estados em que a população e os servidores estão mais endividados, se atrasar uma conta, protesta, suja o nome, corta o serviço e para restabelecer tem que pagar uma taxa especial, multa. Essa é a vida do cidadão e do contribuinte no Estado de Mato Grosso do Sul. E vejam, não sei se vocês perceberam, mas aquela trégua na pandemia, que foi intermediada por esta Casa, acabou, e agora se ficar dez dias sem pagar a conta de energia, seu nome vai a protesto, mais cinco dias ou uma semana a energia é cortada, mesmo sendo esse o acesso a um serviço fundamental. Eu trago aqui para Vossas Excelências um calhamaço muito grande, ao qual tivemos acesso, deputado Coronel David, deputado Hashioka, como por exemplo, uma conta da Secretaria de Estado de Administração, de 16 de julho de 2024, e outra conta de 19 de maio de 2025, de R\$ 2.610,00 reais, da OI, ambas em aberto. Então, eu peço para o governador me processar, mesmo porque eu tenho aqui a documentação da Secretaria de Justiça com mais de mil e cem contas sem pagar. Percebam que os serviços foram cortados, as reclamações estão à disposição de Vossas Excelências. Existem mais de mil telefones ali, ramais, que você vai ligando 190 e é redirecionado. Então, se cortar o funcionamento de 50%, 80%, em razão da falta de pagamento ou de algum acordo, vai haver uma instabilidade, alguns vão conseguir completar as chamadas e outros não. Eu gravei ao vivo acontecendo esse problema. As pessoas começaram a me mandar mensagens e os prints gravados, que não estavam conseguindo a chamada, que não estão conseguindo sinal de internet dentro das Secretarias de Estado. Deputado Zé Teixeira, eu tenho denúncias que os próprios servidores me enviaram, prints ao vivo. Supostamente, alguns serviços foram restabelecidos. Agora vejam, se fosse só isso nós poderíamos aqui fazer uma simples investigação, entender e pressionar pela normalização do serviço, mas o problema com as contas públicas não é apenas nas contas de energia elétrica, de telefones e de água. O ponto mais grave da denúncia que eu vou fazer é que o repasse constitucional de duodécimos aos poderes de Mato Grosso do Sul está sendo feito com pedalada fiscal, que na verdade consiste, deputado Coronel David e deputado Jamilson, em atraso no repasse até o dia 20 e na quantidade que está sendo repassado. O acesso ao Portal da Transparência demonstra que, em média, deveria ser repassado à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, trezentos milhões de reais. Vejam! Pedalada fiscal é crime, pertinente de punibilidade com *impeachment*, com cassação de mandato, com inelegibilidade, com abuso de poder político, por intervenção, interferência no funcionamento de um outro Poder. A Assembleia Legislativa demonstra uma diferença acumulada de janeiro até maio, a menor do que deveria receber, de quatro milhões de reais, em média. O Tribunal de Contas do Estado de

Mato Grosso do Sul está com dificuldade para pagar simples despesas. Vejam, servidores nos mandaram essa denúncia e eu fui apurar no Portal da Transparência: débito do mês acumulado com o Tribunal de Contas é de R\$13.480.736,00. Está lá no Portal da Transparência, órgão que é a extensão desta Casa: débito do Estado de Mato Grosso do Sul no repasse de duodécimo que são doze repasses anuais estipulados pela lei, cujo pagamento deveria se dar até o dia 20 de cada mês. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul coloca o mês de maio sem apuração, mas o mês de maio já acabou e aí fica o débito lançado pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia Legislativa, com a impressão de que maio não foi lançado no Portal de um outro órgão porque não repassou inteiro ou está atrasado. Isso configura um crime de responsabilidade e pedalada fiscal. Então, vejo que além do telefone e da energia, o Estado está no escuro. O governador confessa e após quatro anos de denúncia, deputado Hashioka: "Temos falhas estruturantes, problema de arrecadação, problema de folha". Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul: mês de maio ainda não publicou o repasse do Estado, o que leva a crer que também não recebeu integral ou na data correta. Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul: mês de maio ainda sem lançamento visível. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul: em um relatório referente ao exercício de 2024, constou na página número 40/107, "que os valores repassados foram inferiores aos devidos para a Assembleia Legislativa, para o Tribunal de Justiça e para Defensoria Pública, ao passo que o Ministério Público, naquela oportunidade, recebeu um valor superior ao parâmetro. Diante disso, no parecer consignou que os repasses realizados em valores inferiores aos destinatários não estavam em conformidade com o artigo 168 da Constituição Federal". O que demonstra que a nossa denúncia é consistente, pois o governador não tem repassado o valor correto aos Poderes e na data adequada, conforme determina a Constituição Federal. Se o atraso e a retenção do duodécimo compromete o funcionamento e a autonomia de qualquer um dos poderes, há violação ao livre exercício institucional, conforme preconiza a Constituição. O orçamento não é do Estado! A Assembleia Legislativa utilizou um instrumento que não estava sendo mais utilizado para cancelar dois repasses recentes, um de seiscentos e setenta mil reais e outro de um milhão e meio, mais ou menos, e era um instrumento que não ocorria nem no tamanho do cancelamento que aconteceu. Normalmente esta Casa faz economia, inclusive aconteceu na gestão do deputado Zé Teixeira, e no final do ano é feita uma devolução, um acerto de contas. No início do ano, com base nos documentos da corte de contas, com base nas operações não liquidadas de energia, internet, água, está demonstrada a ocorrência de crime de responsabilidade fiscal, de abuso de poder político, de prevaricação, que é quando você deveria atuar de uma forma por ofício, retarda ou tergiversa com a sua obrigação. Temos aqui as contas das operadoras de telefonia, inclusive da Claro... Quase foi cortado o sinal da Fertel. Temos os relatórios aqui, referentes a esse exercício: Sanesul - liquidado e não pago, treze milhões; Águas Guariroba, onze milhões; Oi, cinco milhões; Energisa, dois milhões e meio. Como pode ter um valor em aberto de 2024, de 2025 e ainda 2026. Esse é o Governo da Fiems, que mesmo com essa dificuldade de pagar uma conta de telefone, de repassar o duodécimo dos poderes, faz um convênio de sete milhões de reais com a Fiems, paga e liquida imediatamente trezentos mil reais, pelas as informações que Vossas Excelências escutaram comigo na reunião com o secretário Rodrigo Perez. Essa mesma Fiems que contrata agora, às suas expensas, uma pesquisa para consumo eleitoral.

É brincadeira! O Estado está dando todos os sinais para Vossas Excelências que está em dificuldade. A Cassems produziu um aumento de 1.200%, e as federações e os sindicatos que deveriam defender o cancelamento imediato desse aumento jogam toda a responsabilidade no Governo do Estado, como se ele não quisesse ajudar. Na verdade, isso demonstra que o Estado não tem mais condições de ajudar. Então, nós precisamos não só pegar uma prestação de contas, ou um requerimento detalhado, mas investigar o que está acontecendo lá dentro, porque essas falas que estou fazendo estão conectadas num ponto: não há gestão no Estado de Mato Grosso do Sul, não há entrega, há déficit, acabou o recurso do Estado. O governador limpou todos os fundos que tinha disponibilidade para conseguir minimamente pagar as contas que ele não gostaria de demonstrar que não reúne mais condições de pagar. Qual é o modelo que nós vamos escolher para frente? Nós vamos escolher o quê? "Ah, essa era a situação e agora nós vamos ter que aumentar tributo no Mato Grosso do Sul". Qual é a saída que vai apresentar como modelo no Mato Grosso do Sul, a não ser o "Regularize Já", a volta das blitz, o corte de direitos e garantias? Vocês não estão percebendo que o cidadão do Estado de Mato Grosso do Sul, de qualquer lado, de qualquer segmento, em razão de o Estado ir mal, está tendo aumentada a carga em cima de si, pouco importa se é na telefonia, se é na Cassems, se é no empresariado, e tudo isso por culpa de uma única pessoa: do governador Eduardo Riedel. Concedo o aparte a Vossa Excelência, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na realidade, não é um aparte, é só um esclarecimento sobre o que Vossa Excelência disse. Até porque, se for uma denúncia e se ela se confirmar, o senhor terá a assinatura dos vinte e quatro deputados. O senhor afirma que a Fiems pagou pesquisa com o dinheiro do convênio. É isso? Porque se a Fiems pagou pesquisa com o dinheiro dela, isso não é problema meu. Agora eu pergunto: o senhor está fazendo uma denúncia ou está levianamente falando de uma suspeita sua para poder jogar para plateia? Porque se a Fiems pagou a pesquisa com o dinheiro do convênio do Estado, eu tenho certeza que o senhor vai ter a assinatura de todo mundo para poder cancelar esse convênio imediatamente. Agora, se a denúncia é leviana e Vossa Excelência não tem a informação correta se o dinheiro foi usado para isso, gostaria de pedir que retifique essa informação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Gerson Claro, como eu gostaria de ver a indignação de Vossa Excelência em cima da minha fala. Vossa Excelência entendeu muito bem que é uma *denúncia*. A minha *denúncia*, eu disse e vou repetir, senhor presidente. Solicito que Vossa Excelência me ajude a aprovar o requerimento que fiz para que o Estado demonstre quanto pagou para a Oi, quanto que pagou para a Claro...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, o senhor vai responder a minha pergunta ou vai falar da Oi? Eu quero saber da pesquisa da Fiems.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero dizer que mesmo o senhor sendo o meu presidente, não pode interromper minha fala antes da minha conclusão. Eu concedo o aparte para o senhor depois disso. Eu gostaria que o senhor me ajudasse, senhor

presidente, a aprovar os extratos de pagamentos da Oi, da Claro e de outras operadoras, porque vai ficar demonstrado o que estou dizendo na minha *denúncia*, que é a falta de pagamento dessas operadoras. Eu quero os extratos dos repasses do duodécimo para a nossa Casa, para o Tribunal de Contas, para o Tribunal de Justiça, para a Defensoria Pública. A minha denúncia está aí. Com relação à Fiems, o senhor pegou a conclusão da minha fala, uma indignação e não uma denúncia. O que eu disse, senhor presidente, é que é um absurdo não pagar conta de telefone, não pagar o duodécimo em dia e transferir recurso à Fiems para dar resultado em um convênio que foi aumentado para daqui dois anos e que a Fiems, após receber esse recurso, contratou uma pesquisa eleitoral. Essa foi a minha fala, inclusive o senhor pode voltar a fita ou o pen drive. A minha indignação é com relação ao recurso público que nós transferimos para lá, senhor presidente, de sete milhões, e as contas com a Oi, com a Claro, estão abertas em muito mais que sete milhões. Então, enquanto a gente faz um convênio com a Fiems, para que com a ajuda do Jaime, com a ajuda do Sérgio Longen, possa contratar, através desse convênio, empresas de agência de viagem de amigos deles, para pagar diárias que o Estado não pode pagar... O soldado, a tropa, deputado Coronel David, tem cem reais de diária de verba indenizatória e o governador acha isso normal. "Vai estudar!" Eu estou estudando, governador, e vendo o senhor encher a Fiems de dinheiro, repassar o recurso dos Poderes do Estado de Mato Grosso do Sul, e faltar para pagar telefone, para pagar água. Essa é a minha denúncia. Já com relação à Fiems, senhor presidente, só fica indignação e vergonha pela malversação, má aplicação, falta de razão, razoabilidade, adequação e bom senso para enfiar no bolso dele sete milhões de reais. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço a resposta de Vossa Excelência, esclarecendo que a pesquisa não foi paga com o dinheiro do convênio.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Senhor presidente eu quero cumprimentar os vereadores doutor Fernando e Cleison, da cidade de Água Clara, e dizer que eu apresentei uma indicação solicitando a patrulha, veículo com tração quatro por quatro, para atender o pelotão da Polícia Militar. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença, no nosso Plenário, do Maurício, vereador do município de Coxim; do Fernando Roberto e do Cleison, vereadores do município de Água Clara; do Tomás Johnson, vice-prefeito de Rochedo; da Josiane Rosa e da Talita Leandro, vereadoras do município de Inocência; da Isa Marcondes, vereadora do município de Dourados; do Luiz Alexandre Palmieri, vereador no município de Bela Vista, e do Andrei Mendonça, diretor-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que fosse pautado o Projeto de Lei nº 264/2024, que trata da instalação de câmaras nas escolas e nas salas de aula do Estado de Mato Grosso do Sul, porque a gente precisa dar uma resposta ao Executivo estadual, principalmente à Secretaria de Estado de Educação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero dizer que assino essa demanda junto com Vossa Excelência, inclusive a deputada Gleice Jane já devolveu e gostaria de pedir ao deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão de Educação, para acelerar, por ser uma demanda muito cobrada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de me somar à deputada da Mara Caseiro, à deputada Gleice Jane. Estive conversando na semana passada com o Secretário de Educação e ele pediu que nós agilizássemos essa votação, porque muitas escolas utilizaram emendas parlamentares para instalação dessas câmeras, mas tem uma resolução do Conselho Estadual de Educação, proibindo, porque existe uma lei de 2010, que ainda está em vigor e precisa ser alterada, e as escolas estão aguardando isso com muita ansiedade para poderem utilizar essas tecnologias.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Ontem, eu estive conversando na Secretaria de Estado de Educação e o presidente do Conselho Estadual de Educação falou sobre a necessidade de trazer para o Plenário e realmente resolver essa questão. Quero registrar e agradecer a presença das vereadoras Josiane e da Thalita, do município de Inocência. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, nesta linha também, quero dizer que o extrato dessa relatoria foi feito com base na escuta de muitos professores, de entidades, inclusive fizemos aqui um seminário, uma audiência pública para discutir a respeito, e o texto apresentado conseguiu dar conta dos anseios, das angústias e da necessidade das escolas, garantindo a implementação das câmeras nas salas de aulas, mas tem também LGPD, que é uma preocupação de como garantir a proteção dos dados. Então a lei conseguiu assimilar tudo isso, mas há muita preocupação dos professores de como seriam utilizadas essas imagens. Conseguimos fazer um relatório que deu conta de incluir todas as demandas, o secretário de Educação deu OK, e por isso a gente apresenta agora um extrato bem maduro da legislação. Portanto eu acho que a Assembleia deve realmente dar sequência e aprovar isso imediatamente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A minha sugestão é verificar em qual comissão se encontra e pedir para acelerar. Ainda no Grande Expediente, com a

palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de vinte minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, o que me traz à tribuna nesta Sessão é a necessidade de fazer o registro de uma notícia, de uma informação muito positiva que foi divulgada ontem na imprensa, nas redes sociais. O Brasil atingiu o seu melhor índice de desenvolvimento humano na história. Vejam só que notícia boa, que notícia interessante. Nós estamos melhorando a vida do nosso povo, principalmente por conta das políticas sociais que estão sendo implementadas no Brasil já há alguns anos. Em 2024, o Brasil alcançou o índice de 0,805, em uma escala que varia de 0 a 1, e a melhoria na educação foi destaque, saltando de 0,679 para 0,798, desde 2012. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência global da ONU voltada à erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento humano sustentável em cerca de cento e setenta países, divulgou esse resultado na terça-feira e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, celebrou esse resultado dizendo que é a primeira vez na história que o Brasil alcança o patamar mais elevado do índice de desenvolvimento humano. Isso é motivo de alegria, motivo de comemoração, porque o Brasil, historicamente, é um país muito desigual, um país rico, uma das dez economias do mundo, mas um povo que ainda enfrenta essa desigualdade social extrema, muita concentração de renda. Nos últimos anos, com o esforço do Governo Federal através das políticas sociais, o Brasil está vencendo essa realidade de tantas desigualdades sociais na área da educação, da saúde, da assistência social, do combate à fome, à pobreza e etc.... Isso é fruto de resultado e não uma coincidência, é o reflexo de escolhas políticas consistentes e coordenadas com impacto direto nos indicadores da educação, principalmente da longevidade. A população está tendo uma maior expectativa de vida, resultado de melhorias das condições de habitação, saneamento básico, atendimento à saúde e também da renda da população que tem aumentado. Isso foi mapeado pelo PNUD, programa da ONU no índice de desenvolvimento humano que avalia o bem-estar da população, os indicadores da educação, da saúde e renda. Um país é classificado no patamar de alto desenvolvimento humano quando seu índice atinge ou supera 0800, e nós aqui no Brasil superamos, estamos com 0805. Então esse é um fato muito importante. A pesquisa avaliou qual é o programa que está causando maior impacto na melhoria das condições de vida da população e na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, e o Bolsa Família teve um papel fundamental nessa conquista que o Brasil teve agora. Segundo o PNUD, além da transferência de renda, porque o Bolsa Família não é só uma transferência de renda, o Governo deposita um recurso na conta da família e exige que as crianças e adolescentes das famílias beneficiadas estejam matriculadas e tenham uma frequência escolar mínima. Isso é muito importante porque se os filhos não frequentarem a escola, as famílias são desligadas do programa. Então essa é a contrapartida da família, ela recebe o recurso, mas tem que zelar, cuidar, para que os seus filhos, crianças e adolescentes, estejam frequentando a escola. A escola fornece a frequência dos alunos que têm que ter, no mínimo, 75% de frequência nas aulas. O Programa Bolsa Família retira uma quantidade enorme de crianças do mundo do trabalho, dá a elas condição de ir à escola e a obrigatoriedade de estarem na escola, frequentando

as aulas e tendo um rendimento satisfatório, porque senão o programa é interrompido para aquela família. Eu quero, inclusive, chamar a atenção porque teve uma polêmica nesses últimos dias envolvendo o apresentador de televisão da Globo, Luciano Huck, que fez uma fala muito infeliz sobre o Programa Bolsa Família, dizendo que é um programa que causa dependência porque as famílias recebem, se acomodam, as mulheres não querem mais trabalhar e ficam dependendo do programa. Foi uma fala muito infeliz porque isso não é verdade. Eu vou aqui apresentar alguns dados que desmentem essa fala do Luciano Huck. O Programa Bolsa Família retira uma quantidade enorme de crianças do mundo do trabalho e dá elas a condição de estudar. Na educação, o Bolsa Família verifica se os estudantes, de quatro a dezessete anos, estão matriculados e se frequentam as aulas e, como eu disse, a frequência mínima é de 75% para as crianças e adolescentes de seis a dezoito anos. O programa também conta com as condicionalidades na área da saúde, exigindo que crianças menores de sete anos mantenham o calendário de vacinação em dia e realizem acompanhamento nutricional. Isso é muito importante, principalmente nesse momento de negacionismo e de campanha contra a vacinação que estamos vivendo no Brasil. O Programa Bolsa Família exige que a carteira de vacinação das crianças esteja em dia, sendo essa uma atitude de prevenção às doenças que já estão praticamente erradicadas no Brasil. Além da exigência de manter a carteira de vacinação em dia, o programa exige que seja realizado acompanhamento nutricional e que as gestantes cumpram o pré-natal regularmente. Olha que maravilha! O programa repassa um recurso para a família, mas exige que a criança esteja na escola, exige que ela esteja vacinada e exige que a mãe faça pré-natal e também faça o acompanhamento nutricional dos seus filhos. Então, desmentindo o Luciano Huck e contrariando a sua afirmação de que o Programa Bolsa Família causa dependência, tenho aqui algumas informações importantes. Nos últimos dez anos, 70% dos adolescentes deixaram o Programa Bolsa Família, e isso aconteceu porque aumentou a escolaridade, aumentou a renda, e a família não se enquadra mais nos critérios para receber o benefício. Vale lembrar que em dois anos dezessete milhões de pessoas saíram da pobreza e ascenderam de classe social, o que sem dúvida é um reflexo do Programa Bolsa Família que ajuda no combate à miséria, à pobreza extrema. Um outro dado importante é que o Bolsa Família tem impacto positivo na nutrição de crianças de zero a seis anos e a pesquisa mostra avanços em diferentes indicadores como, por exemplo, no Índice de Massa Corporal com a redução nos casos de magreza acentuada e também a redução em 91% a pobreza na primeira infância. A base de dados do cadastro único mostra que sem o programa, oito milhões de crianças de zero a seis anos estariam em situação de vulnerabilidade social, e é importante dizer que o Bolsa Família também impacta positivamente na escolaridade, no rendimento do trabalho e faz um aumento global de zero a oito anos de escolaridade e de duzentos e cinquenta dólares de rendimento do trabalho entre os beneficiários. Segundo a Unicef, o Bolsa Família tira cinco milhões de crianças da pobreza e o Brasil reduziu o número de crianças, de zero a dezessete anos, que viviam na pobreza em condições de vulnerabilidade social. Então, é essa a boa notícia que eu gostaria de registrar nesta Sessão de hoje, porque muitas vezes nós debatemos problemas, debatemos os desafios do nosso país, mas é importante também registrar e comemorar os avanços, as conquistas, porque o Brasil, pela primeira vez na história, superou o índice de 0800 do Índice de Desenvolvimento Humano que é

apurado pelo PNUD da ONU. Essa é uma conquista não só do governo do presidente Lula, mas de todo um país empenhado em enfrentar as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida do nosso povo. O que a gente pode dizer é que os principais indicadores sociais, principalmente na área da educação, da saúde, da qualidade de vida, da longevidade, mostram que nós estamos melhorando a cada ano. É muito importante que o Brasil continue nesse processo e que não haja interrupção, que a gente não volte atrás nas situações que nós já vivemos quando o Brasil estava lá no topo da desigualdade social e da concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. Eu quero parabenizar o governo do presidente Lula, pela determinação e obsessão em combater a fome, a pobreza, a miséria. Parabenizá-lo também por ele ser reconhecido no mundo todo como uma liderança que transmite para o conjunto das nações a prioridade de combater a fome, a miséria, a questão ambiental, as mudanças climáticas, a questão da democracia e a paz no mundo. Esse é um presidente, deputada Gleice, que merecia um Prêmio Nobel da Paz, por investir na busca da paz e do entendimento entre as nações e também por melhorar a vida do povo.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo pela fala e dizer que o presidente Lula tem também um compromisso com a classe trabalhadora. Neste momento está sendo votado, no Congresso, a PEC que declara o fim da escala 6x1, que é uma demanda da classe trabalhadora no país todo. Muitos empresários que já adotaram, dizem que foi significativamente importante para o rendimento dos trabalhos na empresa, e mais de 70% da população aprovou a ideia de combater e acabar com o fim da escala para garantir que as pessoas tenham mais tempo de descanso e para que as pessoas tenham mais tempo com a família. Muito se fala na proteção das famílias, mas como protegê-las se as pessoas não têm tempo de convivência, não têm uma casa para morar, não têm um emprego e nem comida na mesa todos os dias? Então, se nós defendemos a família, temos que ter uma família com condições de sobrevivência, como tempo para conviver e fortalecer os seus vínculos. Eu entendo que o presidente Lula tem esse compromisso e que as políticas adotadas por ele vão além de um discurso meramente falacioso, são políticas que garantem o fortalecimento dos vínculos familiares e as condições de sobrevivência da família, mesmo porque um pai ou uma mãe que não têm condição de comprar a comida para os seus filhos, não se sentem bem dentro daquele espaço. Portanto, se a gente quer a família fortalecida, é preciso garantir condições com políticas públicas dentro da segurança, da saúde, da educação, da segurança alimentar, da reforma agrária. É importante também garantir a produção de alimento com saúde, garantir os territórios indígenas, garantir a dignidade de todas as famílias e de todas as formas de se constituir as famílias. Parabéns! Eu me somo ao seu discurso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e incorporá-lo ao meu pronunciamento. Esse é um registro muito importante: a votação que acontece hoje, no Congresso Nacional, que põe fim à escala 6x1, no Brasil. É um avanço como o que está acontecendo pelo mundo afora, nos países mais desenvolvidos, ou seja, a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores sem redução de salário, para garantir mais qualidade de vida para aqueles que produzem e geram riquezas. É importante registrar que a bancada bolsonarista no Congresso Nacional queria

impedir essa votação e fazer uma emenda para jogar para daqui a dez anos o fim da referida escala, e faço questão de registrar que quatro deputados bolsonaristas aqui de Mato Grosso do Sul estavam trabalhando nesse sentido, inclusive assinando uma PEC nesse sentido. São eles: o deputado Beto Pereira, o deputado Gordinho do Bolsonaro, o Rodolfo, o deputado Pollon e o deputado Ovando, mas, apesar dessa tentativa, eu acredito que hoje o Congresso Nacional vote a emenda.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Permita-me um aparte deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, primeiramente eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência por trazer essa notícia da melhoria do índice da qualidade de vida das pessoas mais simples e de poder aquisitivo mais baixo. Isso tem todo o meu apoio e acho que esse é o dever do governante. Quero colocar aqui o meu ponto de vista, respeitando os outros, e dizer que a maior despesa que nós temos, no país, independentemente de saúde, de educação, de infraestrutura e de estrada, são os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, basta olhar o índice de imposto que pagamos para sustentar esses três pilares que são os mais caros do mundo, inclusive eles já estavam fora do que foi mudado, já não trabalhavam sábado e domingo. Então, restou em cima dos ombros de quem trabalha, de quem tira o leite, de quem tem a farmácia, de quem tem o comércio, pagar o mesmo salário para a pessoa que trabalhar quatro horas a menos, mas acho que isso não muda nada, inclusive se as pessoas entenderem poderão produzir muito mais nos cinco dias do que nos seis dias que sobram para descansar, para ver seus filhos e para o lazer que todos têm direito. Eu discordo da PEC do PL e acho que hoje não é importante saber se a pessoa trabalha dois ou três dias por semana, até porque, hoje você trabalha, paga conta, faz compras com o celular e a informatização os bancos desempregou quase todos os funcionários, dificilmente você conversa com o gerente do seu banco. Deus permita que o presidente Lula continue presidente para que daqui a quatro anos possamos ver o resultado desses índices que foram colocados aqui, porque quem sustenta este Brasil de pé, quem mantém o PIB deste país, é quem trabalha, quem produz, e são eles que vão pagar a conta. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero agradecer e incorporar o seu aparte no meu pronunciamento. Agora o Supremo Tribunal Federal determinou que os juízes que cometerem crimes não vão mais se aposentar com salário, porque a punição que eles recebiam era se aposentar e continuar recebendo salário. Dessa forma, acabou também a situação dos penduricalhos e tudo que os magistrados receberem irá constar no holerite. Isso é um avanço porque acaba corrigindo algumas distorções, e quem ganha com isso é a população brasileira. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Quero registrar e agradecer a presença da Fabiana Machado, vereadora no município de Glória de Dourados; do senhor José

Roberto dos Santos, vereador do município de Amambai, e em nome da Mesa Diretora e de todos os deputados, parabenizar o nosso estagiário-mor, Jericó, que está na Assembleia Legislativa há quarenta e sete anos, ou seja, desde o dia 2 de janeiro de 1979. Jericó é uma pessoa simples, serena, um servidor dedicado que atende todo mundo com muito carinho, além de ser exemplo para todo servidor público de Mato Grosso do Sul. Então, hoje, no seu aniversário, gostaria de registrar o agradecimento desta Casa de Leis e de Mato Grosso do Sul por todo o serviço que você prestou como servidor público nesses quarenta e sete anos. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Quero registrar a presença do senhor Rodrigo Sakuno, que tem feito um excelente trabalho como prefeito de Naviraí.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 8.624. Autor: deputado Paulo Duarte, em coautoria com o deputado Gerson Claro. "Dispõe sobre a prestação de informações aos consumidores e aos geradores de energia". Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 186/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº

272/2025. Autor: deputado Jamilson Name. "Dispõe sobre a afixação de cartazes informativos sobre a depressão infantil nos locais que especifica". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Renato Câmara. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 272/2025, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 012/2026. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Fica Instituído o Dia do Campista Católico no Estado do Mato Grosso do Sul". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi.

Projeto de Lei nº 012/2026, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: seis requerimentos, vinte e seis indicações e oito moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Dácio Corrêa da Piedade. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Maria Celia Queiroz Daher. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Sandra Siqueira da Silva. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, eu vim aqui falar sobre os requerimentos que apresentei e que foram votados hoje. Um deles é dos servidores do IAGRO, que estão solicitando a modernização das carreiras vinculadas à Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, e também sobre a necessidade de avançar na carreira dos servidores dos trabalhadores. Eu apresentei uma indicação ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Administração, senhor Roberto Gurgel, e ao secretário de Estado de Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, solicitando que isso seja verificado com atenção. Solicitei também ao secretário de Educação informações sobre os contratos celebrados pela Secretaria de Estado de Educação junto à oferta dos cursos profissionalizantes e ações de inserção dos jovens no mercado de trabalho no âmbito do programa de verticalização da educação profissional. Estamos solicitando a relação completa das unidades escolares; quais são os cursos profissionalizantes que estão sendo atendidos; se o vínculo dos profissionais com esses cursos é celetista, de contrato, ou se é um vínculo muito precário, porque a gente sabe que vínculos precários colocam em risco e em cheque a qualidade da educação. Fizemos um requerimento ao secretário de Educação, solicitando informações sobre o atendimento educacional especializado de estudantes com laudos, porque estamos recebendo informações e questionamentos de estudantes da educação especial que têm laudos e estão sem o atendimento necessário e merecido. Estamos perguntando quais são os motivos pela eventual falta de atendimento especializado para os estudantes com laudos e se existe uma orientação institucional normativa ou algum protocolo interno, direcionando profissionais da rede estadual a desencorajar ou limitar o encaminhamento dos estudantes aos processos de solicitação de professor apoio. Isso se faz importante porque uma sala de aula com estudantes da Educação Especial sem o acompanhamento pedagógico, sem um professor de apoio, traz prejuízo para o desenvolvimento do trabalho do professor, para criança que está com laudo e também para o processo da educação. Então, é preciso garantir as condições adequadas na escola e na sala de aula para que os estudantes tenham qualidade. Eu quero falar também sobre um vídeo que o governador Eduardo Riedel publicou recentemente, dando a grande notícia de que estaria fazendo um convênio com o *Gemini* para garantir inteligência artificial para todos os estudantes da rede estadual. Ele disse que esse é um grande projeto para a educação e que vai servir para os alunos que tiverem acesso à inteligência artificial pressionar os professores. Isso mesmo, ele diz que a inteligência artificial vai servir como instrumento para os alunos pressionarem os professores. O que eu quero dizer é que a fala do governador nos mostrou o quanto ele está desatento, desinformado e completamente alheio à educação no Estado de Mato Grosso do Sul, porque inteligência artificial na mão de estudante, sem orientação profissional, coloca em risco inclusive a saúde dos estudantes, inclusive temos informação de adolescentes que estão fazendo terapia com a inteligência artificial, sem acompanhamento de um profissional ou de alguém que poderia estar colaborando com isso, mas o que nós estamos vendo é o governador estimular atitudes como essa. Então, não tem como funcionar nenhum instrumento de inteligência

artificial de fortalecimento e profissionalização dos estudantes, sem que haja uma formação para os professores, sem que haja capacitação, sem que haja valorização do atendimento dos professores. Temos, na rede, professores que gostariam de estar fazendo o mestrado, mas não têm condição para isso porque não são liberados, são pessoas capacitadas que sequer são lembradas ou valorizadas dentro da sua carreira para poderem desenvolver o seu trabalho. O que acontece é que temos uma rede que não tem computador e nem condição de energia elétrica capaz de comportar ar-condicionado, o que é uma necessidade, mesmo porque sem ar-condicionado não tem inteligência artificial que dê conta. Então, o governador Eduardo Riedel, mais uma vez, vem a público mostrar que ele não tem compromisso com a educação, que não tem compromisso com os professores e que o projeto dele é um projeto anti-professores, é um projeto contra professores, porque quando ele coloca inteligência artificial dizendo que os alunos vão pressionar professores, ele está dizendo que os professores não estão desenvolvendo o seu trabalho. Eu quero aqui fazer um convite ao governador para ir às escolas, para ouvir os professores e saber o quanto as políticas de pressão psicológica, excesso de burocracia, falta de condições de trabalho atrapalham. Infelizmente o governador não tem interesse em saber disso e muito menos resolver nada disso, o governador diz que pensa em facilitar para melhorar a educação e vem com projetos para piorar esse processo. Diante disso, nós sabemos onde é que o governador quer chegar: ele quer chegar na terceirização, nas privatizações, como já acontece no Paraná, como acontece em São Paulo, e vem trazendo isso aqui para o Estado do Mato Grosso do Sul. Portanto, venho aqui dizer que essa política do governador é atrasada, equivocada, coloca em risco a qualidade da educação, a saúde dos professores e a saúde dos estudantes. Faço um convite ao governador para que ele vá conhecer a realidade, para não falar mais besteira nas redes sociais como falou dessa vez, vá conhecer a realidade para pensar projetos que realmente farão a diferença na vida dos professores, em vez de falar bobagens como falou dessa vez. Para mim, como professora, é irritante ouvir o vídeo que o governador gravou essa semana, me toca na alma ouvir aquelas palavras, ignorando, desfazendo e menosprezando a competência e a inteligência dos professores. Quero aqui também falar sobre as câmeras em sala de aula, sobre o debate que nós fizemos. O projeto chegou aqui pela proposta do Governo do Estado, pelo Poder Executivo, eu votei contra num primeiro momento, porque sou contra câmeras em sala de aula, mas tomei a decisão de não fazer um relato sobre a minha perspectiva, mas sobre a perspectiva dos professores, porque aqui represento a educação e não sou a educação em pessoa. Eu fui conversar com professores, com diretores e com coordenadores, nas escolas de Mundo Novo até Cassilândia, visitei escolas estaduais, municipais, até porque a lei se refere às escolas estaduais, públicas e privadas, e a gente tem o compromisso e a responsabilidade de ter uma legislação capaz de atender todos os segmentos. Nesse processo de escuta, nós identificamos justamente o medo dos professores de terem essas câmeras utilizadas como um instrumento de perseguição ao trabalho, não porque não estão trabalhando, mas porque há um processo constante de vigilância sobre o trabalho deles, inclusive ignorando toda a formação dos professores. Então, aqui dentro do estado nós temos uma censura que chega às salas de aula e essas câmeras poderiam ser um instrumento de perseguição aos professores. Diante dos debates apresentados, de todo o processo de escuta, nós construímos um documento que vai garantir a proteção dos professores e dos alunos, mas

que também vai dar condições de ter as câmeras em salas de aula, seguindo as regras da Lei de Proteção de Dados, do Eca Digital. Então, quero dizer que o projeto foi construído coletivamente, com muitas vozes, com muitas pessoas pensando, debatendo e discutindo, e que ele representa realmente os anseios da categoria. O projeto não está com a minha impressão pessoal, mas com a impressão da categoria. Foi um projeto muito debatido com as universidades, discutido também em seminários, audiências públicas, onde fizemos um debate intenso sobre essa pauta para garantir a liberdade de expressão dentro das escolas, para garantir que as câmeras sejam instrumentos de proteção às crianças e não utilizadas como instrumento de perseguição aos professores ou contra a educação. Então, o projeto segue para votação, já foi debatido também com o secretário de Educação, o Conselho de Educação também está atento a isso. Enfim, há muita gente debatendo e discutindo esse projeto que segue robusto, com todos esses elementos. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão(11h22min).